

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido... 7

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 22

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da 2B Capital S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 12.681 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 229.239 mil e Ativos Totais de R\$ 240.123 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante		9.795	10.976
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	9.223	7.938
Taxa de Administração a Receber	7	338	495
Adiantamentos Funcionários		108	-
Despesas Antecipadas		113	103
Outros Créditos		13	166
Tributos a Compensar ou a Recuperar	16e	-	4
Créditos Tributários	16c e d	-	2.270
Não Circulante		230.328	212.239
Realizável a Longo Prazo		227.909	210.022
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	219.916	200.825
Tributos a Compensar ou a Recuperar	16e	3.382	4.261
Créditos Tributários	16c e d	4.611	4.936
Imobilizado		2.419	2.217
Imobilizações de Uso		797	793
Arrendamentos	8a	1.849	1.572
Depreciação / Amortização Acumulada		(227)	(148)
Total do Ativo		240.123	223.215

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		9.064	4.395
Salários a Pagar		3.729	3.740
Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher	16f	3.167	625
Dividendos a pagar	10c	1.914	-
Outras Obrigações		-	6
Arrendamentos	8a	254	24
Não Circulante		1.820	1.798
Outras Provisões		61	140
Arrendamentos	8a	1.759	1.658
Patrimônio Líquido		229.239	217.022
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	10a	224.167	224.167
Reservas de Lucros	10b	6.145	-
Prejuízos acumulados		-	(4.622)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.073)	(2.523)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		240.123	223.215

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		2.058	2.453
Receitas de Prestação de Serviços	7	1.979	2.522
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	-	(69)
Outras Receitas Operacionais		79	-
Despesas Operacionais		(11.006)	(9.061)
Despesas de Pessoal	12	(7.978)	(7.224)
Despesas Tributárias	13	(1.550)	(778)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(1.478)	(1.060)
Resultados Financeiros		27.790	9.948
Receitas Financeiras Líquidas	11	27.790	9.948
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		18.842	3.340
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	(6.161)	(1.120)
Lucro Líquido do Exercício		12.681	2.220

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	224.167	-	-	(711)	(6.842)	216.614
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.812)	-	(1.812)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.220	2.220
Saldos em 31 de dezembro de 2021	224.167	-	-	(2.523)	(4.622)	217.022
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.450	-	1.450
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.681	12.681
Destinações:						
Reservas	-	403	5.742	-	(6.145)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.914)	(1.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	224.167	403	5.742	(1.073)	-	229.239

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	12.681	2.220
Outros Resultados Abrangentes	1.450	(1.812)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.450	(1.812)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	14.131	408

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	18.842	3.340
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	128	372
Depreciações / Amortizações	78	78
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	69
Juros Ativos / Passivos	(395)	(163)
Despesas de Arrendamentos	445	388
Lucro Líquido Ajustado	18.970	3.712
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		-
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(16.895)	1.383
Aumento / (Redução) de Arrendamentos Ativos	-	(114)
Aumento / (Redução) de Arrendamentos Passivos	-	136
Aumento / (Redução) em Outros Ativos	1.904	(787)
Aumento / (Redução) de Passivos	(362)	444
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(2.328)	(381)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	1.289	4.393
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	(4)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(4)	
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.285	4.393
Início do Exercício	7.938	3.545
Fim do Exercício	9.223	7.938
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.285	4.393

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2B CAPITAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A 2B Capital S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de março de 2023.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e/ou fundos de investimentos, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.3. Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.4. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas, levando em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.6. Arrendamento

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

A Sociedade é arrendatária de bens imóveis para alocação de sua base operacional, sendo os valores reconhecidos quando assinado os contratos e registrados em contas do passivo (Arrendamentos), correspondendo ao total de pagamentos futuros.

Em contrapartida, o Ativo de direito de uso é depreciado pelo prazo do arrendamento, e a despesa financeira de juros do passivo de arrendamento é reconhecida em despesas de juros passivos na demonstração de resultado.

2.7. Investimentos em Controladas

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas, levando em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.9 Patrimônio líquido

a) Lucro por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro por cotas básico. O lucro por cotas básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos cotistas da Sociedade pela média ponderada das cotas durante o ano, excluindo a quantidade média das cotas adquiridas pela Sociedade.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.10 Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

O CPC 47 é aplicável a partir de 2022, de acordo a resolução CMN nº4.924/21. Efetuamos um estudo sobre o reconhecimento de receitas considerando as transações existentes na Sociedade e concluímos que não há impactos decorrentes da adoção da norma.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, CDB - Certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são constituídas pelo imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e pelo imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro		
	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	9.223	7.938
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.223	7.938

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.2, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro					
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil ⁽²⁾	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras ⁽¹⁾	-	221.542	219.916	221.542	(1.626)
Total em 2022	-	221.542	219.916	221.542	(1.626)
Total em 2021	-	204.647	200.825	204.647	(3.823)

(1) Referem-se as Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento em 31/01/2025; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. RENDAS A RECEBER

Como gestora de fundo de investimento, a Sociedade registrou como Receitas de Prestação de Serviço o montante de R\$ 1.979 (2021 – R\$ 2.522), valores estes que são constituídos em bases mensais e pagos trimestralmente, e provisionou os valores a receber referentes aos serviços prestados do 4º Trimestre de 2022 no montante de R\$ 338 (2021 – R\$ 495).

8. ARRENDAMENTOS

a) Conforme apresentado, a Sociedade possui arrendamento em 2022 e 2021, correspondente ao prédio no qual possui sua operação instalada e sua movimentação está apresentada a seguir:

Arrendamento Ativo	2022	2021
Saldo inicial:	1.572	1.696
Mensuração contratual:	557	135
Amortização Arrendamento:	(280)	(259)
Saldo Final:	1.849	1.572
Arrendamento Passivo	2022	2021
Saldo inicial:	1.682	1.705
Mensuração contratual:	557	135
Juros de Arrendamento:	164	136
Baixas no período:	(390)	(294)
Saldo Final:	2.013	1.682

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A investida 2B Capital Luxembourg General Partner S.A.R.L, foi dissolvida em 22.10.2021, o ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foi registrado na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial correspondendo no valor negativo de (R\$ 68) e variação cambial negativa de R\$ (1), compondo no exercício de 2021 o resultado negativo de R\$ (69).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 224.167 (2021 – R\$ 224.167), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de Dezembro	
	2022	2021
Ordinárias	60.013.821	60.013.821
Total	60.013.821	60.013.821

b) Reservas de lucros

	Em 31 de Dezembro	
	2022	2021
Reservas de lucros	6.145	-
Reserva legal ⁽¹⁾	403	-
Reserva estatutária ⁽²⁾	5.742	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de Dezembro			
	2022	% ⁽¹⁾	2021	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido	12.681		-	
Absorção do Prejuízos Acumulados	(4.622)		2.220	
Reserva Legal	(403)		-	
Base de Cálculo	7.656		-	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.914	25	-	25

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

11. RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2022	2021
Rendimento de Letras Financeiras	27.164	9.730
Rendimento de Certificado de Depósito Bancário - CDB	511	296
Juros Ativos Líquidos	395	163
Despesas Financeiras	(280)	(252)
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	-	11
Total	27.790	9.948

12. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Proventos e Gratificações	6.512	5.947
Encargos Sociais	1.137	979
Despesa de Benefícios	329	298
Total	7.978	7.224

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Contribuição à COFINS	1.273	600
Contribuição ao PIS	215	108
Despesas com Impostos e Taxas	62	52
Outros	-	18
Total	1.550	778

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Despesa com Transportes	10	2
Despesa com Viagens	73	-
Despesa de Serviços de Terceiros	696	521
Despesa de Associações de Classe	16	19
Despesa com Alimentação	11	2
Despesa com Patrocínio/Doação	116	32
Despesas de Seguros	217	198
Despesas de Condomínio	72	72
Despesas de Imobilizado de uso	78	78
Despesas de Arrendamento Mercantil	164	135
Outros	25	1
Total	1.478	1.060

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	Controladores ⁽³⁾	
	2022	2021
Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽¹⁾	9.223	7.938
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	221.542	204.647
Passivos		
Dividendos a pagar ⁽²⁾	1.914	-

(1) Banco Bradesco S.A.;

(2) Banco Bradesco BBI S.A.; e

(3) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	Controladores ⁽¹⁾	
	2022	2021
Rendimento de aplicações em Certificado de Depósito Bancário	511	296
Rendimento de aplicações em Letras financeiras	27.164	9.730
Total	27.675	10.026

(1) Banco Bradesco S.A.;

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.842	3.340
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(6.406)	(1.136)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas sociedades correspondentes	-	(23)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	89	(17)
Outros valores	156	56
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(6.161)	(1.120)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.313)	(1.529)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	67	1.088
Constituição/realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	(507)	(180)
Prejuízo fiscal	(1.408)	(499)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(6.161)	(1.120)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Exercícios findos em 31 de dezembro				
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisão publicação	26	-	(26)	-
Arrendamento Mercantil	36	68	(49)	55
Provisão para Reestruturação	21	-	-	21
Outros	1.053	1.127	(1.053)	1.127
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.770	-	(1.915)	2.855
Subtotal dos créditos tributários	5.906	1.195	(3.043)	4.058
Ajuste de valor a mercado dos títulos disponíveis para venda	1.300	-	(747)	553
Total dos créditos tributários	7.206	1.195	(3.790)	4.611

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	885	318	1.488	536	3.227
2024			449	382	831
Total	885	318	1.937	918	4.058

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 3.939 mil (2021 – 5.645 mil) de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 3.382 (2021 – R\$ 4.265) referem-se a saldo negativo de impostos de renda e contribuição social do exercício e de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro

	2022	2021
IRPJ e CSLL	2.501	88
IRRF	150	129
FGTS	57	34
INSS	164	131
ISS	5	4
PIS e COFINS	149	101
Encargos Sociais	141	138
Total	3.167	625

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021;
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza - Contador – CRC 1SP278582/O-4



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Acionista e Administradores da

2B Capital S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 2B Capital S.A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, e não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, para emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. No entanto, as conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Sociedades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Relatório do Auditor Independente

2B Capital S.A.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP-206103/O-4



bradesco